

Comissão Mista aprova novas regras para o seguro-defeso com teto de R\$ 7,9 bilhões para 2026

Category: BRASIL,GERAL

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 25 de março de 2026



- Relatório do senador Beto Faro (PT-PA) à MP 1.323/2025 equilibra combate a fraudes com facilitação do acesso ao benefício, prevendo unidades móveis para pescadores em áreas remotas
- Texto aprovado em comissão retira limite de renda para o seguro-defeso e reintegra entidades representativas na fiscalização e no conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat)
- Projeto de Lei de Conversão garante pagamentos durante o período de reprodução das espécies, soluciona passivos históricos e reconhece os territórios de comunidades tradicionais

Brasília -A sessão deliberativa da Comissão Mista do Congresso Nacional referente à Medida Provisória (MP) nº 1.323/2025, aprovou nesta terça-feira (24), o relatório do senador Beto Faro (PT-PA) que reestrutura as regras de concessão do seguro-defeso. A sessão, presidida pelo deputado Josenildo (PDT-AP), consolidou um texto que busca equilibrar o rigor no combate a fraudes com a garantia de acesso ao benefício por parte dos pescadores artesanais legítimos.

O relatório do projeto estabelece um teto orçamentário de R\$ 7,9 bilhões para 2026, soluciona impasses sobre passivos anteriores e promove a inclusão histórica da categoria no Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

A reunião foi marcada pela apresentação e deliberação do Projeto de Lei de Conversão (PLV), fruto de uma articulação que envolveu parlamentares, representantes da categoria pesqueira e o Poder Executivo.

O relator da matéria, senador Beto Faro, enfatizou em seu parecer a dupla natureza do seguro-defeso: atuar como um instrumento de preservação ambiental – protegendo os ecossistemas aquáticos durante o período de reprodução das espécies – e como uma política de proteção social essencial para a subsistência das famílias que dependem exclusivamente da pesca.

Um dos pontos de maior relevância política e social aprovados no relatório é a clarificação de que limites de renda não devem ser utilizados como condição impeditiva para o acesso ao benefício.

O texto reconhece as vulnerabilidades e as especificidades das comunidades pesqueiras tradicionais, muitas vezes isoladas geograficamente. Para mitigar a exclusão digital e burocrática, o relatório prevê a criação de mecanismos adaptados de acesso, incluindo a utilização de unidades móveis de atendimento para alcançar pescadores em áreas remotas.

Além disso, houve a recomendação expressa para que os sistemas governamentais de cadastramento operem aos finais de semana, facilitando o suporte aos trabalhadores.

No âmbito econômico e fiscal, a comissão deliberou sobre a

sustentabilidade do programa. O texto aprovado estipula um teto orçamentário de R\$ 7,9 bilhões para o ano de 2026 e estabelece diretrizes para a quitação de passivos históricos, garantindo que os pagamentos ocorram efetivamente durante o período de defeso.

Como um avanço econômico estrutural celebrado pelos parlamentares, o PLV equipara os pescadores artesanais aos agricultores familiares, concedendo-lhes acesso direto às linhas de crédito do Pronaf, o que fomenta o desenvolvimento e a autonomia do setor.

Combate a fraudes

Criticado há décadas por ser um foco de fraudes, a principal motivação da MP original foca no combate justamente a fraudes milionárias, com destaque a atuação de quadrilhas e participação ativa de muitos políticos vigaristas que, ao longo do tempo, montaram estruturas criminosas que concediam o seguro-defeso a cidadãos que nunca entraram numa canoa.

Beto Faro disse que o foco da MP foi mantido e aprimorado por meio de uma nova estratégia de governança. O relator propôs o fortalecimento do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) e a reintegração das entidades representativas dos pescadores no processo.

O texto garante a participação dessas entidades nas reuniões do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), descentralizando a fiscalização e utilizando o conhecimento local das colônias para evitar a atuação de intermediários e garantir que os recursos cheguem aos verdadeiros profissionais da pesca.

Matéria segue para apreciação da Câmara dos Deputados

A aprovação do relatório da MP 1.323/2025 pela Comissão Mista representa um marco institucional na reestruturação das políticas públicas voltadas à pesca artesanal no Brasil.

Ao remover barreiras burocráticas excessivas e propor soluções tecnológicas inclusivas, o Congresso sinaliza um alinhamento com as realidades das comunidades tradicionais, sem abdicar do controle fiscal e da integridade dos cadastros federais.

As implicações imediatas apontam para uma maior segurança jurídica, social e financeira para os pescadores, que passam a contar com garantias de pagamento e acesso a crédito.

O texto segue agora para análise nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, onde o desafio será manter o consenso construído em torno da valorização do trabalhador artesanal e da proteção ambiental.

Fonte: Ver o Fato e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
25/03/2026/13:05:00

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:c

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma,

evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](tel:+5511984046835)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](tel:+5511984046835) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[0 papel da publicidade online no crescimento dos negócios digitais](#)